

A proposta de uma ecologia
decolonial pensada por
Malcom Ferdinand

The proposal for a decolonial
ecology thought by Malcom
Ferdinand

La propuesta de una ecología
decolonial pensada por
Malcom Ferdinand

Camila André de Souza¹



FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Editora Ubu, 2022.

A obra *Uma ecologia decolonial* de Ferdinand foi publicada pela Ubu, editora conhecida pela publicação de obras importantes como *Pele negra, máscaras brancas* de Frantz Fanon, *Chamamento ao povo brasileiro* de Carlos Marighella, e *Malcolm X fala* de Malcolm X. Como o título da obra sugere, Ferdinand discute a questão ecológica através de uma perspectiva decolonial, mas partindo de um ponto de vista específico: a realidade do Caribe. Traduzido para o português em 2022, o trabalho de Malcom sugere uma nova perspectiva para pensar a realidade da Terra, dos humanos e não humanos que nela habitam, tecendo reflexões sobre o impacto do modelo colonial na construção do que ele vai chamar de dupla fratura da modernidade.

Malcom Ferdinand é pesquisador na *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) de Paris. De origem caribenha (Martinica), Malcom estudou por 4 anos conflitos ecológicos atuais no Caribe, suas implicações políticas e sua relação com as reivindicações de igualdade e justiça social, o que resultou no seu doutoramento em ciência política e filosofia pela *Université Paris Diderot* (Ferdinand [...], 2023).

Dividida em 4 partes e 17 capítulos, a obra de Ferdinand entrelaça discussões teóricas, questionamentos políticos e apresentação de fatos sobre a colonização que fundamentam sua retórica. Além disso, através de uma criativa narrativa que não deixa de ser também poética, ele se utiliza dos relatos dos navios negreiros para tecer metáforas que enriquecem a obra. Partindo desses recursos simbólicos, Ferdinand apresenta suas ideias de maneira incisiva e ao mesmo tempo criativa e sensível, demonstrando aspectos da questão ecológica que passam despercebidos pelo olhar de uma ciência que se fundamenta à moldes imperialistas.

No prefácio do livro, Angêla Davis (2022) aponta para a nova perspectiva teórica apresentada por Ferdinand e seu papel para compreender questões interrelacionais de gênero, raça, classe e meio ambiente. Modelo que compreende que todas essas lutas respondem a problemas com uma origem em comum: o processo colonial. Davis apresenta o conceito de racismo ambiental de Benjamin Chavis para se referir a uma forma de racismo que expõe os indivíduos racializados a condições deploráveis de sobrevivência através do contato com resíduos tóxicos, bem como a condições de subnutrição. Essa perspectiva apresentada por Davis em muito se associa com a perspectiva



trazida por Ferdinand. Ela ainda afirma:

Ferdinand nos convida a mobilizar métodos holísticos de investigação e respostas a crises fundamentados nas interdependências que nos constituem como um todo – plantas, humanos e demais animais, solos, oceanos – ao mesmo tempo que reconhece que o racismo posicionou a supremacia branca no coração de nossas noções do humano (Davis, 2022, p. 9).

Ferdinand apresenta três propostas nesse livro: pensar a dupla fratura colonial e ambiental, pensar sobre o porão da modernidade e dirigir-se ao horizonte de um mundo em comum. Ele apresenta a problemática da tempestade moderna, e como os diferentes sujeitos em cena são atingidos por ela. “Diante do anúncio do dilúvio ecológico, muitos são os que se precipitam em direção a uma arca de Noé, pouco preocupados com os abandonados no cais ou com os escravizados no interior do próprio navio” (Ferdinand, 2022, p. 22). As questões ambientais podem afetar todos de alguma maneira, mas há aqueles que há muito já tem sido atingidos duramente pela tempestade, seja na exposição a substâncias tóxicas, seja pela falta de acesso à alimentação adequada ou ainda pela ocorrência de desastres ambientais.

Na primeira parte do livro (a tempestade moderna: violências ambientais e rupturas coloniais), Ferdinand nos contextualiza sobre a problemática do que ele define como dupla fratura da modernidade. A dupla fratura colonial e ambiental pode ser compreendida como a hierarquização de valores em que os humanos são compreendidos através de um olhar misógino e racista e em que a mentalidade do colonizador se torna a referência para se pensar a terra. Com a dupla fratura, pautas ecológicas e sociais são desmembradas, nesse sentido temos uma ecologia que não se preocupa com a injustiça social e lutas sociais que desconsideram os aspectos ambientais. Ele vai discutir a dupla fratura como a principal causa para a falta de parceria entre os movimentos feministas, antirracistas, ecológicos e de proteção aos animais; e salienta a importância de construir alianças em que os problemas de uns sejam considerados como problemas de todos.

No capítulo 1 (o habitar colonial: uma terra sem mundo), o autor começa explicitando o papel da colonização europeia das Américas (desde 1492) na formação de problemas sociais, políticos e ecológicos da modernidade. Até então os povos ameríndios viviam sem a noção de propriedade privada e com



uma relação sacralizada com a terra, considerada uma grande mãe provedora de seus filhos. Mas com a chegada dos europeus a noção de propriedade se instaura de maneira cruel, as terras passam a ter dono e os povos autóctones, também. A terra e esses novos humanos “descobertos” são tratados pelo colonizador como sua propriedade por direito e com a benção da Igreja Católica. Esses outros humanos não cristãos e suas terras passam a ser recursos a serem explorados a favor dos interesses europeus. Se instaura um novo jeito de habitar a Terra, um habitar colonial.

Ferdinand aponta três princípios desse habitar colonial:

- a) **Geográfico:** um lugar determinado que se subordina a outro. As colônias subordinadas aos interesses do país colonizador.
- b) **Exploração de terras:** a terra passa a servir à fins comerciais, perde seu caráter matricial.
- c) **Altericídio:** negação, destruição e *mesmificação* do outro diferente como mecanismo de dominação. Os povos ameríndios e os povos escravizados são considerados como uma espécie de massa amorfa e homogeneizada, desconsidera-se suas peculiaridades.

Esse habitar colonial ao mesmo tempo divide a terra entre os colonizadores para que ela possa gerar riqueza para seus países de origem (instituição de propriedade privada); estabelece a cultivo de monocultura intensiva (plantations) e explora os humanos (escavidão). Sobre a temática das plantations, Ferdinand apresenta a noção de imperialismo ecológico de Alfred Crosby como a subjugação de humanos e não-humanos à realidade das plantations para serviço do enriquecimento dos colonizadores.

Segundo Crosby (1999), o êxito do imperialismo europeu teria um caráter também biológico. Ele afirma que os primeiros laboratórios desse tipo de imperialismo ecológico se deram em três ilhas no Atlântico Oriental (Canárias, Azores e Ilha da Madeira). Através dessas experiências os colonizadores aprenderam que seus animais e plantas se adaptariam bem em novas terras e que as populações indígenas poderiam ser dominadas.

É com base nessas experiências que vai se constituindo uma forma de habitar a terra que subjuga um espaço a outro, indiferente às consequências ambientais e sociais que isso possa ter para as terras colonizadas (empobrecimento do solo, subnutrição e morte dos povos autóctones pelo contato com novas doenças transmitidas pelo contato com o colonizador).

Como resultado desse processo colonial, se instaura um modelo de exploração da terra que leva à atual tempestade moderna e um modelo de exploração do



outro que acarreta problemas sociais de alta complexidade (gênero, raça e classe social). Nesse contexto, Malcom aborda o conceito de Negroceno, uma era em que o Negro foi utilizado como instrumento para expandir o habitat colonial, não só cruel pela exploração de seres humanos, mas como também em seu papel nas mudanças climáticas e paisagísticas do planeta. A escravidão colonial é aqui entendida como resultado de uma certa maneira de habitar o mundo que subjugou humanos e não humanos, explorando-os como recursos pelos colonizadores europeus.

Mas Ferdinand faz ainda mais uma provocação, amplia a noção de Negroceno ao afirmar que o Negro não é só o que tem a pele negra, o Negro explorado na sociedade moderna são todos aqueles que estão nos porões do mundo, dedicando sua energia vital para enriquecer uma minoria de senhores que detêm o poder. Se utilizando da metáfora do navio negreiro, Ferdinand apresenta o conceito de porão da modernidade para referir-se às minorias que são comprimidas pelos interesses das grandes corporações, além de ter seu sofrimento silenciado. E é importante se enfatizar que diante de uma crise climática de proporções mundiais, os porões são os primeiros a serem “inundados”.

Nas partes II e III do livro, o autor apresenta o conceito de Política de desembarque. Ferdinand aponta essa política como criadora de mecanismos que levam certas pessoas a serem alienadas de seus corpos, de suas terras e, por fim, do mundo. Elas são destituídas de suas histórias e de seu vínculo com a terra para depois serem cristianizadas e inseridas em certas práticas de trabalho. São como que crias dos mares, transformadas em mercadorias pelo tráfico negreiro. Vivem uma condição de náufragos, sobreviventes da travessia que desembarcam em novas terras das quais não farão parte da vida pública e política.

Nesse sentido, o navio negreiro cria os Negros, pessoas com origens e características diversas, mas que agora são reduzidas a uma unidade, a condição de fora-do-mundo, força de trabalho e propriedade dos senhores. São parte integrante do processo produtivo, mas são inadmissíveis no mundo dos senhores. Ferdinand aponta que:

Diante da política desumanizadora do embarque do navio negreiro, corpos perdidos, náufragos e Negros procuram se emancipar, em busca de dignidade, em busca de justiça. Eles desenham os contornos de uma ecologia decolonial com suas múltiplas figuras, uma ecologia impulsionada pela busca de um



eu, de uma Terra e de um mundo onde se possa viver dignamente (Ferdinand, 2022, p. 165).

Ele ainda vai falar de uma espécie de desmatamento humano na África. Aqui é importante observar que embora alguns desses homens e mulheres já fossem escravizados na África, eles estavam em sua terra natal, conectados com suas raízes sociais e culturais. Ao serem arrastados para as Américas, o cenário é outro. Há uma ruptura múltipla, essas pessoas são desconectadas de suas origens, de suas comunidades, de seus rituais, de suas crenças, de sua fauna e flora. Elas são arrancadas violentamente de suas terras (ruptura ecumenal).

Mas isso tudo que se dá não é ao acaso, mas é parte de um dispositivo político que produz o mundo moderno: a política do porão. Esses humanos arrancados de suas origens agora passam a não mais habitar, são os fora-do-mundo, alienados do mundo. Não participam das decisões políticas e econômicas, são usados como recursos de seus senhores e nem mesmo seu testemunho tem muito valor.

Não possuem mais terra e não possuem mais os próprios corpos, o que se torna ainda mais evidente na dominação sexual das mulheres e do uso de seus ventres para procriação, gerando crianças que ao nascerem também não serão suas. Como afirma Ferdinand: “A política do porão produz seres de pertencimentos ancestrais e comunitários fragmentados e até dilacerados” (Ferdinand, 2022, p. 74).

Esse modo de habitar também fica evidente pelas características das habitações: as casas grandes destinadas aos senhores são feitas para durar, já as senzalas não, são feitas para não deixar vestígios. Por essa razão, Ferdinand vai discutir sobre a importância do que ele chama de uma arqueologia da escravidão, a necessidade de retomar a história desses homens e mulheres que foram subjugados e silenciados. Embora sua arte e cultura não tivessem espaço no mundo colonial, esse espaço se fez pela resistência. Uma arqueologia das senzalas permitiria retomar a história também dessas resistências, tanto as sabotagens executadas contra os senhores, como a tentativa de manter viva sua cultura de origem.

Apesar de escravidão ter sido abolida, o modelo de dominação que ela engendrou se mantém, e a pergunta que fica no ar nas partes I e II do livro é: como se emancipar das consequências desse habitar colonial? E é só nas duas partes finais (III e IV) que Ferdinand vai apresentar com mais nitidez a sua proposta de construção de um mundo em que esse modo de habitar possa ser



superado. Ele propõe uma nova forma de se pensar a ecologia através do ponto de partida das pluralidades, construindo novas compreensões sobre como habitar a terra.

À princípio ele apresenta o exemplo da fuga dos escravizados e os aquilombamentos como poderosas resistências ecológicas e políticas. Resistência que se mantém em alguns lugares até os dias atuais como uma recusa de certo jeito de habitar o mundo. Nos quilombos aqueles indivíduos antes escravizados e excluídos do mundo agora se deparam novamente com a terra, com a natureza, com um lugar em que podem habitar e reconstruir sua base matricial. Na história dos aquilombamentos se torna imprescindível considerar não só a coragem guerreira de fuga e desejo de liberdade, mas também a atitude diferente diante da Terra.

Ao fugir para lugares inóspitos, morros, encostas, florestas; o indivíduo via-se dependendo da natureza, nela estaria a chave para sua sobrevivência. Surge aqui uma tentativa de se entender com a natureza, vai se reconstruindo um novo laço matricial com a Terra: “É um pedido metafísico a essa terra para que ela cuide de seu corpo, para que ele seja adotado por ela” (Ferdinand, 2022, p. 172). Nesse sentido, o quilombola agora se torna filho da terra, se torna nativo, reconstrói sua identidade e seu pertencimento no seio da comunidade.

Ferdinand também articula a questão das mulheres quilombolas. Elas eram minoria nos aquilombamentos justamente por conta das dificuldades de fugir das plantations, bem como pela reprodução das desigualdades de gênero nos quilombos (herança do modelo colonial). Mas ao mesmo tempo a história mostra exemplos de resistência feminina e acordos entre os homens e mulheres quilombolas para proteger-se do inimigo em comum.

No texto, Ferdinand retoma dois conceitos de Henry Thoreau. O primeiro é sobre os escravizados da escravidão dos Pretos: o autor evidencia os impactos da escravidão para toda a sociedade, não só para os escravizados. Em uma sociedade escravagista, todos são subjugados. O segundo conceito é de aquilombamento civil: resistência do habitar colonial pela sociedade civil. A proposta de Thoreau seria o aquilombamento civil como a possibilidade de construção de um novo jeito de se habitar o mundo. Mas é importante esclarecer:

Não é possível aquilombar-se infinitamente e evitar o confronto direto com os defensores de uma economia capitalista que mata o mundo de fome em prol da opulência de uma minoria. Mas esse aquilombamento civil permite desenhar o horizonte, a rota



utópica de um mundo habitável que guia o confronto (Ferdinand, 2022, p. 195).

O que Ferdinand propõe é uma ecologia decolonial, uma luta para combater a crise ambiental e que entende que a igualdade entre os habitantes do mundo é parte essencial dessa luta. Essa luta começa pelo esclarecimento do que se entende por habitar colonial e suas consequências não só para os humanos, mas também para os animais, plantas e fertilidade da terra.

Como parte do movimento decolonial, busca-se uma abordagem que fuja da perspectiva eurocêntrica e pense a realidade a partir de outros pontos de vista, outros modos de ser e de pensar. Uma ecologia decolonial também considera as intersecções entre as questões de raça e de gênero, em diálogo com o aspecto ambiental, mas tendo como centro a compreensão sobre o papel do habitar colonial na criação e manutenção das injustiças e degradações ambientais.

Por fim, o autor discute sobre caminhos possíveis de mudança no nível cultural e político para pensar em outra maneira de habitar a Terra com a libertação daqueles que estavam (e ainda estão) aprisionados nos porões do mundo. Ele descreve quatro tipos de lutas ecológicas decoloniais presentes na atualidade. São elas:

1. Luta dos povos pré-colombianos e autóctones;
2. Luta contra a desigualdade social e racial em interface com efeitos das crises ambientais
3. Ecofeminismo;
4. Denúncia a modelos de habitar colonial ainda presentes na contemporaneidade

A saída que Malcom aponta para o conflito seria a política do encontro, com a premissa básica da alteridade e de uma reviravolta no modelo de social com os senhores desfazendo-se de seus privilégios, aceitando dividir o mundo com os outros habitantes da Terra, ao invés de uma política da arca de Noé que salva alguns à custa dos outros. Mas ao mesmo tempo faz parte da proposta do autor o papel dos quilombolas, nesse sentido eles deixariam de fugir e passariam a confrontar o mundo.

Aqui ele apresenta dois conceitos importantes: o de companheiro de bordo e de navio-mundo. O companheiro de bordo é aquele que possibilita a existência de um navio-mundo, de uma extensão de área que possa abarcar a todos. Isso implica não só o salvamento dos corpos, mas também o passar a ver o outro em sua totalidade, como igualmente participante das decisões.



Ferdinand discute a dupla fratura pela ótica do corpo e o caminho de construção de reconectar-se com uma Mãe Terra tendo o corpo como ponto de partida. É preciso tomar corpo no mundo. Através da política colonial dos corpos criaram-se os Negros, aqueles que destituídos de sua origem, identidade e dignidade foram tomados como recursos para as plantations.

Acontece que essa política de poder através do domínio dos corpos se mantém mesmo após os processos abolicionistas, os corpos ficam marcados. A retórica machista, misógina e acima de tudo racista toma alguns corpos como sendo inferiores aos outros, o que faz que ocupem posições subalternas na sociedade.

E desconsiderando as discussões sobre o poderio de certos corpos por outros, a ideologia ecológica alienante mantém a dupla fratura. Isso porque os corpos são ao mesmo tempo sociais e biológicos. Do ponto de vista social, são julgados e hierarquizados. Já em seu aspecto biológico, são mais ou menos sujeitos a contaminação com produtos tóxicos e outras situações prejudiciais a saúde, de acordo com o valor social de seus corpos.

As exclusões sociais e políticas dos ex-escravizados, dos pobres, dos racializados e das mulheres manifestam-se também por meio da contaminação de seus corpos biológicos pelos produtos tóxicos das plantações e das fábricas, pelas desigualdades de exposição, de tratamento e de pesquisas médicas sobre as consequências dessas exposições (Ferdinand, 2022, p. 233).

Ou seja, as violências se acumulam. Ao pensar no consumo de produtos orgânicos, desconsidera-se os fatores socioeconômicos, preserva a saúde do próprio corpo quem pode enquanto outros corpos seguem famintos e/ou contaminados. A escravidão acabou, mas os corpos continuam marcados. E o mundo segue dividido entre polos: de um lado os que possuem as marcas dos crimes cometidos e seus descendentes; de outro os marcadores e, também, seus descendentes.

Ferdinand também retoma várias vezes durante o texto a especificidade da violência com os corpos das mulheres na escravidão, duplamente violentados e transformados em matriz de reprodução para manter o fazer colonial. Mas ele também aponta para as resistências, como é o caso dos abortos realizados por elas como maneira de libertar, ainda que parcialmente seus corpos.

Diante desse domínio de certos corpos, Malcom aponta para três planos de resistência:



- Liberdade de movimento corporal (arte, dança): possibilidade de movimentação dos corpos para além da mecânica de trabalho das plantations.
- Liberdade de circulação pela Terra: possibilidade de se responsabilizar pela própria alimentação (agricultura de subsistência camponesa pós-escravagista)
- Liberdade corporal em nível metafísico: possibilidade de amar e cuidar do próprio corpo, vê-lo como digno. Um caminho de recuperação da dignidade.

Ferdinand define com nitidez a proposta de uma ecologia-do-mundo, da construção de um novo horizonte para humanos e não-humanos. Ele afirma que não basta decolonizar a natureza, é preciso decolonizar o mundo. Compor um mundo entre humanos e não-humanos que considere sua pluralidade.

Nesse sentido, o autor discute sobre perspectivas ontológicas que se mantêm fraturadas. Uma delas é a noção de crioulização de Glissant, já que ela dá valor à relação entre humanos respeitando suas peculiaridades, mas mantém a fratura por desconsiderar os não-humanos. Outro exemplo é a ontologia Gestalt Arne Næss que enfatiza os laços com nossos meios de vida, mas que homogeneiza os seres humanos e suas histórias. Uma saída seria a construção de uma perspectiva complementar, duplamente relacional: uma ontologia Gestalt crioulizada.

Ferdinand afirma que uma ontologia alternativa interessante para lidar com a problemática da dupla fratura é a de Donna Haraway: a Ontologia de Chthuluceno. É uma perspectiva que discute os interstícios na fronteira entre humanos e não-humanos, além de considerar as problemáticas de gênero e raça. Ele defende a construção de uma cosmopolítica da relação que ao mesmo tempo ligue os humanos entre si em um agir conjunto e considere maneiras de os não-humanos participarem do mundo que respeitem suas necessidades e interesses. Preservar o mundo entre humanos com os não-humanos.

Em vez de olharmos apenas para nosso próprio umbigo, os caminhos umbilicais do mundo incitam o reconhecimento de nossas existências no seio de teias de relações orgânicas, materiais, políticas e imaginárias com os que vieram antes de nós e com os que virão depois (Ferdinand, 2022, p.259).

Ferdinand também expõe um conceito que é de Stephen Gardiner: tempestade intergeracional, e propõe um continuum entre passado e futuro que considere



as questões sociais, ambientais e políticas em um caráter histórico. O que Gardiner (2011, p. 147) propõe com sua abordagem intergeracional é abarcar conflitos severos que não poderiam ser compreendidos de maneira adequada se não considerarmos o aspecto geracional. Um exemplo que podemos pensar é quanto à herança do modelo colonial na manutenção das desigualdades sociais e, por essa razão, a necessidade de reparação histórica.

Por fim, ele evidencia que a ideia de justiça ambiental está intimamente ligada às lutas decoloniais, e fala de três tipos de tentativas de ação para construção do convés do navio-mundo. São elas:

1. Lutas dos povos indígenas;
2. Lutas pela reparação histórica da escravidão e do tráfico negreiro transatlântico;
3. Lutas pela restituição de objetos de arte e partes de corpos humanos roubados pelas potências coloniais.

Um ponto debatido por Ferdinand que não pode ser negligenciado é quanto à necessidade de responsabilização dos crimes cometidos pelos impérios coloniais: uma reparação histórica que leve em consideração os desafios de igualdade, justiça e ecologia. Para que seja possível a construção de um mundo em comum é necessário que haja diálogo ou, como diria o autor, uma política do encontro. Ao se utilizar das metáforas do navio negreiro e da arca de Noé para evidenciar as diferenças entre aqueles que foram obrigados fugir do mundo e aqueles que fogem para se salvar respectivamente, Ferdinand aponta para as tentativas de fuga do encontro e importância de superar essa ruptura.

Uma ecologia decolonial é uma obra que prima pela sensibilidade poética para abarcar reflexões sobre problemas políticos, sociais e ecológicos que se enraízam no mecanismo de habitar colonial e se estendem até os dias atuais. A fratura denunciada por Ferdinand se engendra no seio da sociedade moderna capitalista e o caminho para superá-la inclui a retomada das histórias dos povos colonizados e escravizados (uma arqueologia da escravidão), a necessidade de reparação histórica (aspecto intergeracional) e a construção de diálogo entre os diferentes sujeitos da história (política do encontro).

A leitura da obra de Ferdinand é recomendada para todo aquele que se interessa em aprofundar-se na compreensão dos aspectos sociais, políticos e ambientais que se fazem presentes na atualidade. Sua obra chama a atenção pela criatividade na escrita e pela apresentação de um arcabouço teórico que é especialmente útil para evidenciar a realidade do Caribe e outros países que passaram por processos semelhantes de colonização.



Referências

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo Ecológico: La expansión biológica de Europa, 900-1900*. Barcelona: Editora Crítica, 1999.

DAVIS, Angela Y. Prefácio. In: FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Editora Ubu, 2022. p. 9-15.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Editora Ubu, 2022.

GARDINER, Stephen M.. *A perfect moral storm: the ethical tragedy of climate change*. New York: Oxford University Press, 2011.

FERDINAND Malcom. In: DAUPHINE Université. Paris: Université Paris-Dauphine, 2023. Disponível em: <https://irisso.dauphine.fr/en/members/detail-cv/profile/malcom-ferdinand.html>. Acesso em: 23 jun. 2023.

Notas

¹Mestre em Ciência da Religião pela PUC-SP.